

Novos desafios depois da crise – o terceiro Fórum Portugal-Alemanha apresenta um balanço

*Yvonne Braun, Tobias Herbst, Julian Plottka und Richard Steinberg**

Alemanha e Portugal: parceiros estáveis num contexto diferente

O Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, *Artur Santos Silva*, deu as boas-vindas aos participantes do Fórum no Auditório 2 da Fundação e fez referência à situação económica de Portugal, que se continuava a caracterizar pelas consequências da crise. Para alcançar um crescimento económico sustentável, sugeriu investimentos na área da ciência e da inovação. Com base nos valores europeus, devia ser atribuída uma maior importância ao fator 'capital humano', para transformar o conhecimento em valor económico. Para isso era necessário mobilizar os cidadãos comunitários. Santos Silva afirmou que o terceiro Fórum Portugal-Alemanha também dava um impulso nesse sentido, criando pontes entre os dois países e reforçando as relações sobretudo a nível cultural.

Mathias Jopp, Diretor do Institut für Europäische Politik, cumprimentou os convidados em nome do co-organizador alemão e chamou a atenção para a mudança das circunstâncias relativas ao primeiro encontro anual em 2013. Começou por indicar os sinais de recuperação económica em Portugal, depois dos anos difíceis de adaptação sob o Fundo de Estabilidade Financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Atualmente a União confrontava-se com numerosos problemas internos, incluindo a questão da permanência da Grécia na Zona Euro, o futuro incerto da Grã-Bretanha como Estado-Membro e, em particular, o aumento de tendências eurocéticas. Entre os desafios mais importantes da ação externa da União, salientou o número elevado de refugiados, que tentavam alcançar a Europa pelo Mediterrâneo, a ameaça do Estado Islâmico, bem como a tensão com a Rússia, que, em desrespeito pelo direito internacional, anexara a Crimeia.

Do lado português, *Nuno Severiano Teixeira*, Diretor do Instituto Português de Relações Internacionais, salientou a importância do Fórum e explicou o papel do país no prosseguimento do processo de integração europeia, em comparação com o da Alemanha e de França. Enquanto estes países foram a força motriz da Comunidade Europeia desde a sua criação, Portugal apenas aderira mais tarde, dedicando-se depois inteiramente ao projeto europeu. Assim, as forças eurocéticas em Portugal também não tinham tanto destaque como noutros Estados-Membros, embora fosse necessário mostrar solidariedade a nível europeu com os cidadãos portugueses. O Fórum Portugal-Alemanha servia de plataforma nesse sentido.

* Institut für Europäische Politik, Berlin.

Desafios da política interna e externa da Europa

No início do Fórum, o Ministro Federal das Relações Externas, *Frank-Walter Steinmeier*, e o seu homólogo português, *Rui Machete*, no âmbito de um debate aberto, responderam às questões levantadas pelos participantes do Fórum. Na sessão moderada por *Eva Gaspar*, jornalista do Jornal de Negócios, estudantes de ambos os países também fizeram perguntas aos ministros sobre os desafios atuais da política europeia, do ponto de vista da Alemanha e de Portugal. Surgiram questões sobre as relações com a Rússia, as possibilidades de lidar com a crise da dívida grega, o futuro da política europeia de refugiados e o papel de ambos os países no prosseguimento do processo de integração europeia. Assim, retomaram-se temas que já antes tinham merecido destaque.

Steinmeier e Machete constataram que a anexação da Crimeia alterava as condições de segurança na Europa e estiveram de acordo sobre a necessidade de uma política de segurança comum, incluindo meios de defesa próprios, perante a postura declaradamente agressiva da Rússia. Steinmeier indicou que a Alemanha estava a gastar mais dinheiro em matéria de segurança do que antes, mas salientou que uma aposta exclusiva no 'hard power' era o caminho errado. Melhor seria uma estratégia de equilíbrio entre o 'hard' e o 'soft power', para resolver conflitos difíceis através de negociações. No caso das relações com a Rússia, isso correspondia a uma combinação entre pressão política e sanções. Cortar todos os canais de comunicação com a Rússia não era uma alternativa, já que nesse caso não era possível avaliar as situações e os temas que justificassem um processo de diálogo e negociação.



Em relação ao futuro da Grécia existiu consenso sobre o interesse comum da União Europeia em que a Grécia permanecesse na Zona Euro. A sua saída representaria um fracasso para toda a União e implicaria prejuízos imprevisíveis para todos os intervenientes. Steinmeier e Machete asseguraram que iam empreender todos os esforços ao seu alcance para manter a Grécia na união monetária. Porém, a condição prévia era que a Grécia também cumprisse com a sua parte e tomasse as decisões necessárias, concluindo as negociações com os credores o mais rapidamente possível.

Machete designou a situação no Mediterrâneo como catástrofe humanitária e descreveu as medidas que foram tomadas para restringir a atividade das redes de emigração clandestina. Em relação ao número elevado de refugiados, afirmou que tinha consciência das dificuldades em encontrar uma abordagem comum da política de refugiados da UE, para resolver adequadamente o problema. Além disso, existia o problema de refugiados radicalizados. O objetivo desejável era melhorar a situação nos países de origem, para os seus habitantes não terem motivos para emigrar.

Steinmeier constatou que, devido à situação política internacional, a Alemanha assumia uma maior responsabilidade no seio da União Europeia. Não se podia esperar que fossem atores externos, como os EUA, a providenciar soluções para desafios relacionados com países vizinhos europeus. Sobre a acusação, por vezes manifestada, de a Alemanha se orientar crescentemente para Leste, em termos políticos, Steinmeier sublinhou que ele continuava empenhado em manter um equilíbrio na política externa alemã. Tal como o seu homólogo já o tinha afirmado, Steinmeier salientou que era necessário manter as boas relações com os parceiros transatlânticos, podendo estas ser consolidadas através da conclusão do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

Crescimento através de investimentos bem orientados

Quanto ao caso de Portugal, sublinhou-se o sucesso resultante do esforço reformador, demonstrando que, em termos económicos, o país estava atualmente a colher os frutos desse processo. Porém, constatou-se que havia uma escassez de investimento e existiu consenso sobre a necessidade de Portugal e a União Europeia tomarem medidas adicionais para reforçar a evolução positiva. Em vez da atribuição de subsídios, deviam ser favorecidos instrumentos que estimulassem investimentos privados em áreas inovadoras e setores de futuro. No centro da discussão esteve a questão sobre os melhores instrumentos para alcançar esse objetivo.

Marjut Santoni, Diretora-Geral Adjunta do Fundo Europeu de Investimento, demonstrou que a crise económica e financeira provocara uma escassez de investimento. Sobretudo a falta de investimento em infra-estruturas causava prejuízos às empresas e em termos macroeconómicos. Assim, o programa europeu de impulso ao investimento chegava no momento certo. O desafio era a sua implementação de forma a beneficiar a economia real, a fim de não deitar achas para a fogueira dos seus críticos. Santoni



apresentou o contributo que o Fundo Europeu de Investimento (FEI) prestava, como parte integrante do Banco Europeu do Investimento (BEI), no âmbito do impulso ao investimento para a Europa: o FEI permitia criar projetos inovadores para as PME, cujo financiamento através do mercado era considerado demasiado arriscado. Contudo, funcionava como um banco que, em vez de subsidiar empresas, disponibilizava créditos de acordo com os resultados obtidos, a fim de conseguir parceiros privados para os projetos específicos. Assim, o FEI também era muito bem-sucedido em Portugal e estava disponível para continuar a investir.

Miguel Poiares Maduro, Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, ilustrou no caso português o que significava a escassez de investimento referida por Santoni. O índice de investimento decrescia desde 1999, portanto, já antes da crise. Continuava a um nível baixo, mas em tempos recentes a economia tinha voltado a crescer. Para reforçar essa tendência e

tornar o país internacionalmente competitivo, o governo criara o programa "Portugal 2020". Assim, estabeleciam-se as condições-quadro necessárias e lançavam-se incentivos que motivavam os atores privados a efetuar investimentos. Concordando com a palestrante anterior, afirmou que os apoios deviam ser atribuídos de acordo com os resultados obtidos, sob a forma de créditos reembolsáveis. O objetivo era alavancar o investimento do Estado através da participação de atores privados.

Em termos europeus, Maduro sublinhou a importância da ideia de convergência: a convergência económica era um aspeto central para reforçar a legitimidade do projeto europeu. Para alcançar esse objetivo, o Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, sugerira a criação de um Fundo Monetário Europeu (FME) e de um orçamento para a Zona Euro¹. Esse orçamento serviria para absorver choques externos e o FME assumiria as funções que o FMI tivera durante a crise. O orçamento da Zona Euro deveria ter fundos próprios, já que o financiamento por contribuições de Estados-Membros, e a respetiva questão dos 'contribuintes líquidos', teria um impacto negativo na confiança entre os parceiros. Em relação às perguntas críticas, vindas sobretudo dos participantes alemães, que favoreciam a continuação de uma participação ativa do FMI e rejeitavam novos compromissos financeiros, Maduro respondeu que o governo português estava consciente das dificuldades relacionadas com essa mudança de paradigma, mas que era necessário ultrapassar o que apelidava de discussão disfuncional.

Empregos sustentáveis entre convergência e livre circulação

Todos os palestrantes nomearam a criação de novos empregos como a questão social mais premente. Discutiram-se as possibilidades de alcançar esse objetivo no âmbito da relação de tensões entre a convergência e a livre circulação. Houve consenso sobre a necessidade de complementar a livre circulação com a compatibilidade transfronteiriça dos seguros de segurança social. Concomitantemente, a livre circulação podia causar uma 'fuga de cérebros' indesejável, se o objetivo de convergência económica e social não fosse alcançado de forma duradoura.



Jörg Asmussen, Secretário de Estado no Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais, mostrou o seu reconhecimento pelos custos políticos e sociais que Portugal teve de pagar para superar a crise. Graças a medidas tomadas no âmbito europeu e nacional, e à intervenção do Banco Central Europeu (BCE), era possível constatar uma mudança de rumo. Contudo, o desemprego continuava a um

nível inaceitável, sobretudo entre os jovens. Juntamente com a dívida pública, que continuava

¹ Comp. Pedro Passos Coelho: Towards a Eurozone Architecture We Can Trust, 8.5.2015, disponível em: <https://stateoftheunion.eu.eu/towards-a-eurozone-architecture-we-can-trust> (última visualização: 8.6.2015).

muito elevada em quase todos os Estados, estes eram sinais de que "a crise" ainda não tinha chegado ao fim. Do ponto de vista macroeconómico era necessário responder com uma estratégia que abrangesse a política monetária e fiscal, reformas estruturais do lado da oferta, o reforço institucional da Zona Euro, bem como o prosseguimento do processo de integração. No âmbito microeconómico, a fim de criar mais empregos competitivos no setor privado, era indispensável melhorar os níveis de formação, os serviços responsáveis pela colocação de trabalhadores, assim como as condições de mobilidade.

Maria João Rodrigues, deputada ao Parlamento Europeu, onde é membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, esclareceu que Portugal não tinha aumentado a competitividade durante a crise, o que agora era necessário recuperar através do prosseguimento de esforços reformadores nas áreas da administração pública, da consolidação orçamental, bem como da educação e formação. A cooperação luso-alemã devia ser reforçada neste âmbito. A forma como os Estados-Membros enfrentavam os desafios da globalização e a convergência económica e social dentro da União Europeia eram dois fatores igualmente decisivos para o futuro do projeto europeu. Ao nível da UE era necessário um programa de investimento para que as pequenas e médias empresas (PME) tivessem acesso facilitado ao crédito. Além disso, era necessário aproveitar melhor os fundos estruturais. Retomando a discussão do painel anterior, Maria João Rodrigues sublinhou a posição portuguesa, como Maduro o fizera antes, de que era necessário um mecanismo orçamental complementar para assegurar a estabilidade da união económica e monetária. Além da monitorização de desequilíbrios macroeconómicos era necessário reduzir diferenças sociais entre os Estados-Membros. Maria João Rodrigues sublinhou que a livre circulação era um direito positivo, mas que não podia resultar numa 'fuga de cérebros', como aquela a que Portugal assistira.

Johannes Sommerhäuser, Vice-Presidente da Robert Bosch GmbH, explicou o potencial de Portugal para a criação de emprego sustentável, reportando-se a exemplos da prática empresarial. Em cooperação com a universidade local e através de incentivos públicos, o local de produção da Bosch em Braga, em poucos anos, foi transformado num centro de desenvolvimento e inovação, com 200 empregos altamente qualificados para engenheiros. Os fatores decisivos neste processo tinham sido a colaboração estreita com parceiros e autoridades locais e nacionais, a definição clara do projeto com critérios de desempenho transparentes, acordos flexíveis, bem como um forte sentido de dedicação, motivação e a especialização técnica de todas as partes envolvidas. Nesse âmbito, Sommerhäuser salientou também a importância das conversações entre os governos de ambos os países.

José Silva Peneda, antigo Presidente do Conselho Económico e Social Português, esclareceu que tanto a dimensão social, como também a democracia e a liberdade faziam parte dos valores da construção europeia. Contudo, as realidades sociais entre os Estados-Membros eram muito díspares e a dificuldade em aproximá-las resultou em medidas que não iam além de uma certa harmonização. Silva Peneda explicou que Portugal, como país sob um programa de assistência, juntamente com a Troika, tinha sido bem-sucedido em alcançar bons consensos sobre as reformas necessárias, respeitando os interesses dos parceiros sociais. Referindo-se à experiência de Portugal depois da Revolução dos Cravos, manifestou a necessidade de pensar

a solidariedade para além dos limites da União Europeia, apoiando o acolhimento de mais refugiados.

O futuro da europa: legitimidade, eficiência e diversidade

Neste painel, além de aspetos institucionais relativos a uma integração flexível, os participantes discutiram sobretudo a eficiência da integração europeia na resolução de problemas, aumentando a legitimidade e a aceitação do projeto europeu.



Joachim Poß, deputado do Bundestag Alemão, membro da Direção do SPD e da Comissão para os Assuntos da União Europeia no Bundestag Alemão, argumentou que era necessário as instituições da UE darem provas da sua capacidade de ação em gestão de crises, antes de ser possível discutir reformas institucionais. A aceitação do projeto de integração dependia da capacidade política da UE de resolver problemas, como

o crescimento fraco e o desemprego elevado atuais, recusando uma Europa concebida como projeto elitista. Devia ser igualmente rejeitada a prática corrente de muitos Chefes de Estado e de Governo de atribuir problemas e insucessos a 'Bruxelas'.

Em relação aos resultados necessários para superar a crise na Zona Euro exigiu uma combinação entre uma consolidação favorável ao crescimento, reformas estruturais e mais investimento. A Alemanha, bem como a Comissão, o BCE e o FMI, exigiram austeridade em demasia no início da crise. Porém, Poß também criticou a abordagem do governo grego atual, designando-a de "diletante". Frisou que não era possível discutir a proposta de um orçamento da Zona Euro, anteriormente apresentado no Fórum pelo lado português, antes de o problema grego ter sido resolvido.

António Vitorino, Presidente de Notre Europe. Instituto Jacques Delors, nomeou a Grécia e a Grã-Bretanha como os desafios centrais para o futuro da União Europeia. Uma Europa a diferentes velocidades era necessária para refletir a diversidade europeia. A Zona Euro como núcleo duro da Europa devia ser a força motriz do crescimento económico. Vitorino concordou com Poß na necessidade de a União Europeia ser legitimada por resultados. No âmbito da política económica deviam ser reconhecidas as necessidades diferentes dos respetivos países. O problema do 'moral hazard' não podia ser resolvido simplesmente por dispositivos jurídicos. Era necessário primeiro criar um ambiente de confiança para superar os desacordos entre o Norte e o Sul da Europa. Em última análise, a história da integração europeia tinha trazido benefícios para todos os Estados.

Paulo Mota Pinto, deputado da Assembleia da República, onde preside à Comissão de Assuntos Europeus, afirmou que, nos últimos anos, tinha havido uma paragem no processo de construção de uma Europa cada vez mais unida. Tanto a Grécia como a Grã-Bretanha

pretendiam usufruir das vantagens como Estados-Membros, sem cumprirem com as suas obrigações inerentes. Embora fosse possível resolver muitos problemas a nível da UE, uma parte importante continuava a ser da responsabilidade de políticos no âmbito nacional. Se estes apresentassem as suas decisões como se não houvesse alternativa, restringiam a margem de manobra da política. Mota Pinto também se declarou favorável a um orçamento da Zona Euro e indicou o caso dos EUA, onde, por exemplo, recorriam a estabilizadores automáticos, a nível federal, no caso do subsídio de desemprego.

Gisela Müller-Brandeck-Bocquet, da Universidade de Würzburg, descreveu dois problemas atuais que eram a consequência de a Zona Euro se apresentar, de facto, como o núcleo duro da Europa. Por um lado, existia o perigo de que os 19 Estados da Zona Euro e os restantes nove Estados-Membros se afastassem. Por outro lado, colocava-se a questão em que medida os 'pre-ins' podiam fazer parte do núcleo duro da Europa. Era fulcral responder à dúvida se se pretendia um aprofundamento da Zona Euro ou da 'UE-28'. Müller-Brandeck-Bocquet afirmou que as relações de tensão entre união e diversidade apenas podiam ser resolvidas a favor de uma maior união. Dentro da Zona Euro a integração precisava de ser reforçada onde fosse possível. Essa era a responsabilidade dos Estados-Membros. Contudo, via de forma crítica o aumento do intergovernamentalismo e a perda de importância das instituições supranacionais. Isso estava relacionado com o comportamento dos governos durante a crise e não era a consequência do Tratado de Lisboa.

Luís de Almeida Sampaio, Embaixador da República Portuguesa na Alemanha, esclareceu que Portugal estava disposto a assumir responsabilidade no reforço da Zona Euro. Porém, indicou que a coordenação macroeconómica necessária, ao nível da UE, comportava problemas de legitimidade democrática, porque era necessário abdicar da soberania nacional. Concluindo, lançou um apelo aos governos nacionais para "voltarem a assumir o projeto europeu" com mais vigor e criticou igualmente as práticas de 'blame shifting' e 'credit claiming'.

Competitividade através de inovação e investigação na Europa

No início do painel, *Manuel Heitor*, Diretor do Center for Innovation, Technology and Policy Research IN+, do Instituto Superior Técnico, apresentou o aumento da discrepância nas



despesas em ciência e investigação nos diferentes Países-Membros, que se podia constatar em anos recentes. Ao contrário da Europa Central, as despesas em países periféricos da União Europeia, sobretudo em Portugal, tinham diminuído. Com esses dados como ponto de partida, os palestrantes apresentaram exemplos ilustrativos da área da ciência e investigação, em Portugal e na Alemanha. No centro da discussão esteve a

pergunta sobre as possibilidades de promover a inovação e de a rentabilizar melhor em termos económicos.

Luís Portela, Presidente do Conselho de Administração da BIAL, explicou que a empresa do ramo farmacêutico BIAL era o segundo maior investidor privado português relativamente ao investimento em ciência e tecnologia. Contudo, criticou que os níveis de investimento em investigação e desenvolvimento, em geral, ainda eram demasiado baixos, tendo como consequência que o ciclo da inovação em Portugal não se fechasse e os sucessos não se pudessem transferir para a economia.

Era necessário ver a inovação num contexto global se se quisesse criar capacidade competitiva, afirmou *João Seabra*, Diretor-Geral da Siemens Portugal. A fim de melhorar a investigação em Portugal, reivindicou uma maior competitividade na investigação académica, bem como mais parcerias entre universidades e centros de investigação.

Gonçalo Quadros, Administrador da Critical Software, indicou que, tanto pela posição geográfica do país, como pela dimensão da economia portuguesa, apenas fazia sentido a estratégia de especialização e de exploração de nichos de mercado, para tornar Portugal mais competitivo. Nesse sentido, a criatividade e a ciência tinham de ser aproveitadas, com as universidades a desempenharem um papel fundamental.

Sobre as possibilidades de promover a inovação, a Administradora *Ruth Bendels*, apresentou como exemplo "Die Junge Akademie" (Berlim). Criada em 2000, como a primeira academia mundial para cientistas jovens de excelência, "Die Junge Akademie" tinha como objetivo impulsionar a discussão sobre a política científica e promover o diálogo interdisciplinar e entre a ciência e a sociedade. A ideia era promover formas de pensamento inovadoras através de uma cultura de abertura, que os jovens cientistas, juntamente com os seus conhecimentos, disseminavam pelo mundo.

Dirk Elias, Presidente do Conselho de Administração da Associação Fraunhofer Portugal Research, elogiou Portugal pelos programas de incentivo às PME na área da investigação e inovação, por exemplo, através de incentivos fiscais. Contudo, reivindicou uma maior coerência entre os diferentes programas. Uma maior coordenação permitiria alcançar melhores resultados com os mesmos recursos financeiros.

De acordo com a sua experiência pessoal como cientista, que já fez investigação em vários países europeus, *Raquel Oliveira*, do Instituto Gulbenkian de Ciência, referiu que os problemas centrais da investigação em Portugal eram a falta de investimento privado, a 'distância' entre o ensino superior e a indústria, bem como a pressão exercida para transformar a inovação em sucesso económico.

Crescimento sustentável através de reformas suplementares

Em relação ao formato do Fórum Portugal-Alemanha, *Paulo Portas*, Vice-Primeiro-Ministro de Portugal, salientou a importância de cultivar as boas relações, mesmo entre amigos e



aliados. Depois de ter inaugurado o primeiro Fórum, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, dois anos antes, mostrou o seu apreço por fazer o discurso de encerramento, como Vice-Primeiro-Ministro, do terceiro encontro anual. Na edição anterior, Portugal encontrava-se em plena crise e ninguém acreditava que ela podia ser ultrapassada tão rapidamente. Durante a crise, o país estava

na mão dos credores, que podiam ditar as suas condições. Portugal não queria voltar a ter essa experiência e estar dependente de ajuda externa.

Entretanto, tinha sido possível recuperar a confiança perdida e a economia portuguesa voltava a ter uma boa reputação. As exportações da economia também aumentavam. Para esse efeito, tinha sido flexibilizado o mercado laboral com o consentimento dos parceiros sociais. Porém, para seguir esse rumo, que indicava no sentido certo, eram necessárias medidas adicionais, já que o desemprego continuava demasiado elevado. O governo tinha como objetivo um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto, por ano, bem como aumentar o investimento estrangeiro em Portugal. Nesse sentido, deviam ser reduzidos os impostos sobre as sociedades - já atualmente a um nível baixo de 17% - e outros impostos, o que apenas era possível no contexto de um crescimento sólido. O setor do turismo também podia dar um contributo essencial nesse sentido.

Parafraseando Rosemonde Gérard, Portas desejou ao país que o crescimento económico em Portugal fosse maior hoje que ontem, mas mais baixo que amanhã.

O "Ocidente" como processo normativo

No encontro luso-português de historiadores, que decorreu no âmbito do Fórum, *Heinrich August Winkler*, da Universidade Humboldt de Berlim, e *Fernando Rosas*, do Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, discutiram definições polémicas do termo "Ocidente". Perante os desafios atuais, salientaram o valor normativo da União Europeia, mas também exigiram uma abordagem crítica aos problemas sociais e políticos da atualidade.

Winkler explicou que tanto a Alemanha como Portugal tiveram dificuldades em aceitar o "Ocidente moderno", que surgira no século XVIII, e se caracterizava por um "espírito dualista". Através de processos de emancipação no início da Idade Moderna, esse espírito resultara na separação entre poder espiritual e poder secular, cuja esfera tinha sido substancialmente alargada por valores do Iluminismo.

Para Winkler, o desenvolvimento da Alemanha era singular. Embora alguns valores do Iluminismo tivessem sido implementados logo no início, sob um Absolutismo Iluminado, ao contrário de outros países europeus, não tinha havido uma revolução do povo. Esse paradoxo tinha fomentado a crença na mudança, em termos sociais, de cima para baixo. A primeira verdadeira representação parlamentar na República de Weimar também não alterara essa crença, já que era vista como um "produto da derrota" depois da guerra. Winkler via no Estado totalitário e pseudodemocrático do Führer uma revolta contra as "ideias do Ocidente" normativas. Apenas a derrota total da Alemanha resultara numa "abertura sem reservas [...] em relação à cultura política do Ocidente"².

A Carta de Paris³, assinada a 21 de novembro de 1990, marcou o fim provisório da guerra fria. Embora a realidade política nem sempre correspondesse ao projeto normativo, o alicerce do processo normativo, até à atualidade, era a cultura do debate controverso. Em relação à política de confrontação de Putin, que se dirigia contra o "Ocidente decadente", e à ameaça do terrorismo internacional, o Ocidente devia ter consciência dos seus valores mais profundos. Através da anexação da Crimeia, um atentado ao direito internacional, Putin anulou a assinatura russa da Carta de Paris. Na época atual de incertezas era particularmente importante que a Europa falasse a uma só voz.



Através da anexação da Crimeia, um atentado ao direito internacional, Putin anulou a assinatura russa da Carta de Paris. Na época atual de incertezas era particularmente importante que a Europa falasse a uma só voz.

Às elaborações de Winkler, *Rosas* justapôs uma imagem diferenciada do "Ocidente". Este podia ser interpretado como o Ocidente do pós-guerra, do Estado social e da política de investimento reguladora, mas também como o ocidente do colonialismo, do imperialismo e "cúmplice das ditaduras". *Rosas* justificou essa definição negativa através da história mais recente. A União Europeia negligenciava a periferia social e capitulava perante as correntes neoliberais dos anos 80. *Rosas* classificou a submissão do projeto normativo ao capital financeiro como um retrocesso civilizacional. Para ele, a percepção da política de austeridade como um alegado fatalismo do Ocidente era um erro histórico, com consequências particularmente nefastas nos países da periferia europeia. No caso português, em particular, a situação económica e social deteriorara-se notoriamente desde a introdução do Euro, em 2002, tendo como consequência o endividamento e o desemprego estrutural. A União Europeia necessitava de uma reforma estrutural, que se centrasse no aspeto social e desse maior apoio aos países da periferia europeia.

Traduzido do alemão por Pedro Costa.

² Jürgen Habermas: Eine Art Schadensabwicklung. Die apologetischen Tendenzen in der deutschen Zeitgeschichtsschreibung, in: "Historikerstreit". Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung, München 1987, pág. 62-76, aqui pág. 75.

³ Na Carta de Paris, 34 nações, incluindo a Rússia, comprometeram-se com a ideia de democracia. Comp. Charta von Paris für ein neues Europa, Paris 1990.